

A RELAÇÃO ENTRE DISCURSO E MEMÓRIA HISTÓRICA: UMA ANÁLISE (INTER)DISCURSIVA

THE RELATIONSHIP BETWEEN DISCOURSE AND HISTORICAL MEMORY: AN (INTER)DISCURSIVE ANALYSIS

Fabício Leo Alves Schmidt

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
Mestre em Letras. E-mail: fabri.1fabri@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-4728-7673>

Carlos Renê Ayres

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
Doutor em Letras. E-mail: carlos.t.ayres@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7783-030X>

Submissão: 31-12-2023

Aceite: 08-03-2024

RESUMO: Este estudo tem como objetivo explorar o diálogo entre dois fundamentais conceitos na Análise do Discurso (AD) de linha francesa: a memória histórica e as relações (inter)discursivas. A proposta é compreender como a memória histórica, para além de sua natureza psicológica, é influenciada por discursos os quais moldam a identidade de uma sociedade e como esses discursos revelam continuidades e descontinuidades na trajetória histórica. Busca-se, também, elucidar o papel da memória coletiva na preservação da consciência histórica e na promoção da diversidade cultural e do respeito mútuo nas esferas sociais. Por meio da abordagem da AD, este artigo propõe analisar a memória histórica como um conjunto de discursos correlacionados, permitindo uma nova compreensão do tempo e da historicidade. A metodologia abrange uma análise crítica dos discursos os quais compõem as narrativas históricas e como esses contribuem para a construção da identidade social e cultural. Os resultados revelam que a memória histórica é um elemento dinâmico nas sociedades – influenciando a forma como os eventos passados são lembrados e transmitidos. A análise demonstra que a memória não é estática, mas, sim, continuamente moldada e remodelada por meio de discursos diversos. A discussão também aborda como os discursos históricos podem fortalecer ou marginalizar diferentes grupos e perspectivas, destacando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa da história. O artigo conclui que a memória histórica desempenha um papel crucial na formação da identidade social e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Memória histórica. Relações interdiscursivas. Discursos. Análise do Discurso de linha francesa. Historicidade.



ABSTRACT: This study aims to explore the dialogue between two fundamental concepts in French Line Discourse Analysis (AD): historical memory and (inter)discursive relations. The proposal is to understand how historical memory, beyond its psychological nature, is influenced by discourses that shape the identity of a society and how these discourses reveal continuities and discontinuities in historical trajectory. The study also seeks to elucidate the role of collective memory in preserving historical consciousness and promoting cultural diversity and mutual respect in social spheres. Through the approach of AD, this article proposes to analyze historical memory as a set of correlated discourses, allowing a new understanding of time and historicity. The methodology encompasses a critical analysis of the discourses that make up historical narratives and how these contribute to the construction of social and cultural identity. The results reveal that historical memory is a dynamic element in societies – influencing how past events are remembered and transmitted. The analysis demonstrates that memory is not static, but continuously shaped and reshaped through diverse discourses. The discussion also addresses how historical discourses can strengthen or marginalize different groups and perspectives, highlighting the need for a more inclusive and representative approach to history. The article concludes that historical memory plays a crucial role in the formation of social and cultural identity.

KEYWORDS: Historical Memory. Interdiscursive Relationships. Discourses. Discourse Analysis. Historicity.

Introdução

Este texto tem como objetivo trazer à tona uma reflexão sobre a concepção do que é/do que significa o termo memória histórica a partir de uma abordagem discursiva. Segundo essa perspectiva, a memória histórica é concebida através/por meio das relações (inter)discursivas – que permitem detectar as discontinuidades a partir de grandes fraturas que justapõem recortes de memória. A História, nessa mesma corrente de raciocínio, é composta pelas lutas, pelas batalhas discursivas e é constituída pelas práticas que são as condições para a sua inteligibilidade. A AD, nessa mesma compreensão, busca aquilo que não é “evidente”, fazendo irromper a singularidade, a raridade, as conexões e os jogos de força, ou melhor, procura desnudar as relações de poder presentes nas práticas históricas, desestabilizando as narrativas dominantes e revelando as disputas culturais e ideológicas que fundamentam a construção do conhecimento histórico.

Entretanto, é importante ressaltar que a construção da história também é permeada por limites e condicionantes. A AD não é capaz de determinar completamente o sentido e o significado dos eventos históricos, uma vez que o passado é sempre (re)interpretado a partir das perspectivas e interesses do presente. Assim, a AD busca compreender como as representações históricas são construídas, desconstruídas e resignificadas ao longo do tempo. A evidência histórica não é um dado neutro e objetivo, mas sim uma construção social, sujeita a manipulações e interesses. Portanto, é necessário investigar as narrativas ocultas, as vozes esquecidas e os silêncios presentes na história oficial, para poder compreender as múltiplas dimensões e significados dos acontecimentos passados. A AD contribui para esse processo, ao revelar as estratégias discursivas utilizadas para legitimar, apagar ou (re)escrever a história. Através da análise das práticas e

discursos históricos, é possível desnaturalizar as verdades fixas e inquestionáveis e, assim, abrir espaço para a construção de uma história mais plural e democrática.

Nesse sentido, pensamos que tomar os acontecimentos históricos significa estabelecer uma nova noção de tempo e de espaço, levando em conta as temporalidades múltiplas e o emaranhado de relações. A seleção dos documentos denuncia a orientação político-ideológica de uma época, e a interpretação deles procura entender como a sociedade se representa. A memória, conseqüentemente, não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos, mas, sim, em seus condicionantes como requisito de seu funcionamento discursivo, produzindo efeitos de sentido num momento e silenciando, pelo esquecimento, outros. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos que nascem em algum momento e que têm efeitos práticos e designam uma gama de práticas que precisam ser historicizadas, (des)construídas e (des)naturalizadas. Assim sendo, os sujeitos e os objetos – sejam eles individuais ou entidades – não existem em um vácuo abstrato, mas, sim, em espaços e tempos construídos. Esses espaços e tempos são criados pela sociedade e pela cultura em que estamos inseridos e surgem em determinado momento histórico.

No entanto, é importante ressaltar que esses constructos não são fixos e imutáveis; pelo contrário, eles têm efeitos práticos e estão intrinsecamente ligados a uma variedade de práticas sociais. Por isso, é necessário historicizar, *desconstruir* e *desnaturalizar* essas categorias, questionando suas origens, suas conseqüências e os valores subjacentes a elas. Assim sendo, o capítulo seguinte tem como tema central o estudo da memória histórica (essencial para a compreensão e preservação da nossa identidade coletiva); com os processos que a constituem – a partir da perspectiva da AD de linha francesa.

Discurso e memória histórica: processos constitutivos

A memória histórica, concebida, no âmbito da AD, como constituída por relações interdiscursivas, possibilita detectar as discontinuidades que a elaboram a partir de grandes fraturas as quais justapõem recortes de memória. Essa concepção de história implica romper radicalmente com qualquer busca das origens ou de um sistema de causalidade, substituídos por um caráter de multiplicidade de dizeres: a busca de coerências significantes entre discursos que na aparência não têm outras relações senão a de simultaneidade. É justamente o descentramento do sujeito que induz a uma nova relação com a temporalidade e com a historicidade: entendendo-o como dispersão em múltiplas temporalidades.

Podemos, numa leitura de Dosse (1993), conceber o discurso como objeto de acontecimentos que lhe são exteriores. Essa perspectiva heterogênea permite dar um sentido novo à noção de acontecimento. É exatamente a partir dessa noção que emerge uma abordagem discursiva, pois, a História é constituída pelas lutas, pelas batalhas discursivas. A problematização da História, enquanto aquilo que pode e deve ser dito, leva-nos a investigar o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos sentidos em nossa cultura.

Há nas formações discursivas uma articulação entre singularidade e repetição: de um lado, é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro. O discurso é constituído pela singularidade e

pela repetição; sua análise deve, portanto, levar em conta a dispersão e a regularidade na medida em que instituiu o território da História como o campo das formações discursivas.

O evento não é nem substância, nem acidente, nem qualidade, nem processo; o evento não pertence à categoria dos corpos. Contudo, ele não é imaterial; é sempre dentro do campo da materialidade que ele ocorre, o qual se manifesta como efeito; ele está enraizado em algum lugar e esse lugar é definido pela relação, (co)existência, dispersão, fragmentação, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; é produzido como um efeito de/em uma dispersão material (FOUCAULT, 1986). A natureza do acontecimento está intrinsecamente ligada à sua relação com a materialidade. Quando nos deparamos com um evento, é fundamental analisar sua essência e como ela se manifesta no mundo físico. A materialidade envolve os elementos tangíveis os quais compõem o acontecimento, como objetos, corpos e ambientes. É através desses elementos que o evento se materializa e se torna perceptível aos sentidos.

No entanto, a natureza do acontecimento vai além da sua manifestação física. Ela abrange as emoções, os significados e as intenções que o evento carrega consigo. É o aspecto simbólico e subjetivo que torna cada acontecimento único e especial. Ao compreender a natureza do acontecimento e sua relação com a materialidade, somos capazes de decifrar os seus propósitos e consequências. Somos capazes de perceber as interações complexas entre os elementos envolvidos e as diferentes perspectivas que cada pessoa pode ter sobre o evento. Dessa forma, é importante observar tanto a parte visível e palpável do acontecimento quanto as camadas mais sutis e imperceptíveis.

Ao estudarmos a essência, por exemplo, de um fato e sua relação com a tangibilidade, conseguimos desvendar suas intenções e efeitos. Essa compreensão nos permite vislumbrar as intrincadas interações entre os elementos envolvidos e entender as diversas perspectivas que cada pessoa pode ter sobre o acontecimento. Para tanto, é essencial contemplar tanto a aparência concreta e palpável do evento quanto os aspectos mais sutis e imperceptíveis, que frequentemente exercem influência significativa nos desdobramentos do ocorrido. Em vez de nos restringirmos ao evidente, devemos buscar mergulhar nas entrelinhas do fato, de modo a obter uma leitura mais completa e abrangente da situação.

Buscamos aquilo que não é “evidente”, fazendo irromper a singularidade, a raridade: as conexões, os jogos de força, as estratégias as quais formam, num dado momento histórico, aquilo que a seguir vai ser dado como evidência – olhar o acontecimento a partir dos processos múltiplos que o constituem (as práticas, as quais são as condições para a sua inteligibilidade). Tomar os acontecimentos significa estabelecer uma nova noção de tempo (temporalidades múltiplas) e de espaço (emaranhado, rede de relações). Essas concepções, que trazem o descontínuo e a multiplicidade.

Na formulação do discurso da História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros (NORA, 1993). Essa seleção denuncia a orientação político-ideológica de uma época, já que os documentos conservados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade, sob os condicionamentos de um lugar social. Ao desmontar os documentos e interpretar as suas condições de produção, o analista de discurso procura interpretar a forma como a sociedade se representa.

Por isso, a memória não é pensada em seus aspectos psíquicos ou neurobiológicos: trata-se de entender os condicionantes da memória como condição de seu funcionamento discursivo, produzindo efeitos de sentido num momento e silenciando, pelo esquecimento, outros. Entendendo a História como interpretação, e não como resultado, buscamos em nossa análise os efeitos discursivos. As coisas e os sujeitos não preexistem aos discursos, ao contrário, são eles que os constituem. Os sujeitos e os objetos existem em espaços e tempos construídos, que definem representações.

Pessoas, lugares, momentos são, assim, elementos históricos, densos em sua substância, repletos de passado, determinantes de localizações, os quais surgem em determinado instante e que possuem consequências concretas, indicando uma variedade de ações que necessitam ser contextualizadas, desconstruídas, desvinculadas de sua naturalidade (RAGO, 2002). O sujeito, quando se filia a uma FD (Formação Discursiva), apropria-se da condição dada aos sentidos no interior dessa rede de formulações que se impõe como memória a ser repetida.

Nesse processo, há, simultaneamente, um apagamento das condições de produção de outros sentidos. Quando pensamos em esquecimentos, implicamos outras dimensões da memória, uma vez que esse processo de instituição do sujeito e dos sentidos é simultâneo e reveste o sujeito de uma totalidade e de uma consciência sobre o dizer como sendo sua propriedade, permitindo-lhe articulá-lo. Com isso, o sujeito supõe dominar os sentidos de forma racional, esquecendo que eles estão inscritos e ancorados em uma FD que, sem ele o saber, mascara os sentidos com um efeito de acabamento. É uma ilusão do sujeito, pois o movimento do sentido sempre escapa ao seu domínio, por não lhe pertencer.

O funcionamento discursivo do sentido condiciona o que lhe é constitutivo, o seu deslocamento, a cadeia significativa, os restos, a tensão de sua rede, constituindo a memória discursiva que é desde sempre lacunar. A memória discursiva não é única, não é homogênea ou um lugar de limpidez. Ela é constituída de diferenças, é um complexo, tendo, em seu funcionamento, uma memória oficializada e sentidos dominantes.

Podemos dizer que, em todo processo de constituição do sentido, sempre há o “encontro da memória com uma atualidade” (PÊCHEUX, 2002, p.17). Esse encontro determina a retomada de uma repetibilidade memorativa com os elementos de uma atualidade inscrita numa rede de formulações a qual possui uma historicidade, uma materialidade. Fundam-se, aí, os sentidos que podem ser reiterados, ou tornam-se passíveis de serem outros, transmutando-se, transformando-se, no encontro desses pontos de tensão que imprimem, por sua vez, a manutenção dele ou a instauração de algo novo.

O sujeito articula os pré-construídos, os ‘sempre-já-aí’, os quais são condicionantes da formulação do discurso. Mas toda retomada discursiva implica resignificação, podendo fazer desprender fragmentos outros que podem compor o mesmo de forma diferente, opacificando um já-dito. Os já-ditos podem surgir no discurso como algo estranho, efeito de outros sentidos, de outros dizeres, de outros jamais ditos; isso é, podemos pensar a memória discursiva como efeito do interdiscurso, como constituída a partir dele, sendo o que se mostra no intradiscurso apenas um recorte do interdiscurso. Dessa forma, estamos reconstituindo fronteiras sempre móveis, redescobrimo resquícius que nem sempre podem ser recobertos ou iluminados pelos sentidos já postos.

Por essa razão, podemos dizer, com Orlandi (1996), que o sujeito não é uma máquina de reproduzir sentidos, pois, é intrínseco ao próprio processo discursivo haver espaços de interpretação. Entre o dito e o não dito, abrem-se, então, brechas, equívocos, deslocamentos, debates, articulações, vacilos do sujeito, possibilidades de análise e de questionamentos. Sem essa concepção de sujeito, não poderíamos falar em memória discursiva, mas apenas em memória, pois o indivíduo, plenamente consciente, a dominaria a ponto de controlá-la e de transformá-la em um arquivo de dados a ser acessado de forma plenamente racional.

Dito isso, é possível assumir que é a partir da língua que chegamos ao discurso e, através do discurso, (re)construímos a memória discursiva. Não contemplamos, desse modo, apenas o fato passado e oficializado socialmente, mas as ressonâncias do discurso outro, dos outros sentidos construídos em tempos anteriores e impensados. Nessa perspectiva, podemos falar de uma memória discursiva como o dispositivo o qual faz funcionar o memorial dos sentidos, isto é, o interdiscurso.

A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de um esforço de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Constitui a possibilidade de dizeres os quais se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. Ao problematizar memória discursiva, Orlandi (1988) evidencia que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos.

A memória, por sua vez, tem suas características quando pensada em relação ao discurso. E nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Esse é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra (ORLANDI, 2002, p. 31).

É a língua que dá forma ao discurso e o discurso é o que materializa a memória; e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que, em uma memória coletiva, funciona como um mecanismo de identificação de um determinado processo histórico. Achard (1999) observa que aquilo que se constitui como regular pode ruir sob o peso de acontecimentos discursivos novos, constituindo-se uma nova série que pode deslocar ou desregular as relações estabelecidas com a anterior.

Essa percepção revela também que se constrói um jogo de força na memória, atravessada pelo acontecimento, que desloca ou desregula os implícitos associados ao sistema de regularização. Para Pêcheux a memória discursiva seria aquilo que, “face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (1999, p. 52).

Achard (1999), ao problematizar a questão, formula a hipótese de que tais implícitos não seriam percebidos explicitamente no discurso vulgata do implícito, como formas estáveis e sedimentadas, visto que, sob a repetição que sofrem, ocorre a formação de um efeito de série que permitiria uma “regularização”, que funcionaria como um dispositivo de recolhimento de implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase (PÊCHEUX, 1994) que poderiam, segundo o autor, conduzir à questão da construção dos estereótipos.

Esses implícitos podem se configurar como enunciados completos ou, até mesmo, como certos itens lexicais utilizados isoladamente. Ainda que repetidos, esses dispositivos discursivos podem acabar perdendo sua vinculação a um sentido atribuído. Esse processo ocorre pelo desencadeamento de um jogo semântico de construção de metáforas. Novos sentidos vão se constituindo na rede de dizeres. Há, então, um rompimento da memória como dispositivo guardador de implícitos - o que significa que a memória funciona como dispositivo de contextos de legibilidade de cada acontecimento discursivo e tem duas faces: a da tendência à estabilidade e a da tendência ao desarranjo e à instabilidade - repetição e dispersão estão na ordem de constituição do discurso.

A constituição da memória discursiva pode ser tomada como uma oposição aos processos históricos de silenciamento (apagamento) tal como os compreende Orlandi (1996). Dar evidência a aspectos apagados ou esquecidos corresponde a uma atitude político- ideológica que é constitutiva da memória histórico-discursiva. A formulação de interpretações históricas possíveis, mas apagadas, tanto na ordem da escrita, quanto do dizer autorizado, permite que a sociedade ou o sujeito formulem a determinação da interpretação que produz as evidências históricas.

Assim, aquilo que não pode ser formulado, num dado momento histórico, pode também não ser possível em outro. É certo que, pelo próprio funcionamento do discurso, não podemos pensar que todo não-dito possa vir a ser enunciado em outro momento. Tornar o não-dito explícito pode fazer emergir interpretações ou memórias que estavam silenciadas. Esse processo de formulação do discurso, fazendo irromper o que estava silenciado, requer um trabalho simbólico com a memória discursiva, uma relação entre formulações e silêncios, entre as diferentes memórias discursivas em tensão, entre os saberes que já eram do domínio do sujeito e os novos que se agregam, desestabilizando os discursos constituídos, na medida em que outras memórias discursivas passam a ser constitutivas dos modos de dizer.

O trabalho de constituição da memória adquire uma função significativa no funcionamento mais amplo da memória que é constitutiva de uma formação social. Pertinente perceber também que a memória é um espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos (PÊCHEUX, 1994). Encontrar, nesse espaço, fendas as quais alojam dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres simples que precisam vir à tona nas condições cotidianas dos sujeitos os quais se relacionam o tempo todo com o igual e com o diferente, num dado tempo e contexto social, representa questão essencial quando se considera a formulação da memória discursiva.

Considerações finais

Este artigo foi escrito com o objetivo de analisar a concepção de memória histórica na área da AD. Conforme essa abordagem, a memória histórica é formada por relações discursivas – o que nos possibilita identificar as discontinuidades que a compõem a partir das grandes rupturas que marcam a memória. Essa visão de história implica romper completamente com a busca por origens ou por um sistema de causalidade, sendo substituída por uma multiplicidade de enunciados: a busca por uma coerência significativa entre discursos que, aparentemente, não possuem outras relações além da simultaneidade.

A descentralização do sujeito leva a uma nova relação com o tempo e a historicidade, compreendendo-as como uma dispersão em múltiplas temporalidades. O discurso, portanto, é composto por singularidade e repetição, e sua análise deve levar em consideração tanto a dispersão como a regularidade, uma vez que estabelecem o campo das formações discursivas como território da história. O acontecimento não é uma substância, um acidente, uma qualidade ou um processo; ele não é material, mas é sempre na esfera da materialidade que ele se torna efetivo, que ele se torna um efeito.

Ele tem seu lugar e esse lugar consiste na relação, na coexistência, na dispersão, no corte, na acumulação e na seleção de elementos materiais, ou seja, pode ser entendido como um fenômeno que ocorre em um determinado espaço e tempo, mas não possui uma existência física ou material. No entanto, é na esfera da materialidade que o acontecimento se manifesta e se torna efetivo. Ele se cria e se desenvolve por meio da interação e relação entre elementos materiais como, por exemplo: objetos, pessoas, ideias, circunstâncias.

É através da coexistência, dispersão, corte, acumulação e seleção desses elementos que o acontecimento adquire forma e impacto. Assim, embora não seja uma substância em si, o acontecimento tem sua materialidade na interação dos elementos que o compõem. A formulação do discurso histórico pelo historiador envolve fazer escolhas, organizar, eliminar alguns documentos e preservar outros. Essa seleção revela a orientação político-ideológica de uma determinada época, uma vez que os documentos preservados são aqueles que trazem elementos essenciais para estudar, sob a perspectiva da AD, a história como ela é e seus acontecimentos.

Assim sendo, a escolha criteriosa dos registros preservados ao longo do tempo revela a inclinação político-ideológica de um determinado período histórico. Isso se deve ao fato de que os documentos selecionados são justamente aqueles que abrangem elementos essenciais para uma análise da história sob a perspectiva da AD, buscando, assim, retratar os eventos de forma fidedigna. Essa seleção pode tanto refletir a visão política dominante da época, quanto evidenciar o interesse em preservar narrativas ou acontecimentos particulares que respaldam e legitimam o poder estabelecido. Por fim, a seleção minuciosa dos documentos é de fundamental importância para a compreensão da história de uma determinada época sob uma ótica política e ideológica.

Referências

ACHARD, Pierre. **Memória e produção discursiva do sentido**. IN ACHARD, Pierre (et al) *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DOSSE, F. **História do estruturalismo: o campo do signo**, V. I. Campinas: UNICAMP, 1993).

FOUCAULT, M. (1969). **A Arqueologia do Saber**. Trad. bras. Luis Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

PÊCHEUX, M. **Ler o arquivo hoje**. IN ORLANDI, Eni. (org.) **Gestos de Leitura. Da história do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, M. **O discurso. Estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

RAGO, M. **Libertar a História.** In: RAGO, M. et al. *Imagens de Foucault e Deleuze.*

Ressonâncias nietzscheanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares** In: *Os Lugares de Memória.* (traduzido de: *Les lieux de Mémoire.* Paris: Gallimard, 1984.) SP - Brasil, 1993.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura.** São Paulo, Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1988.

ORLANDI, E. P. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos.** 4ª edição, Campinas: Pontes, 2002.